

# A EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO COMBATE ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

## THE EFFECTIVENESS OF PUBLIC ENVIRONMENTAL POLICIES IN COMBATING CLIMATE CHANGE

Autor (Yasmin Minto Martins)<sup>1</sup>

Autor (Maricele Camila Macedo Ferreira)<sup>2</sup>

Autor (Paula Tavares Martins)<sup>3</sup>

Autor (Isabella Minto Martins)<sup>4</sup>

Autor (Lian Valente Brandão)<sup>5</sup>

Área Temática 05: Meio ambiente, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade.  
Modalidade: Resumo expandido

### 1. Introdução

A compreensão e as discussões iniciais sobre a noção de um meio ambiente global ultrapassaram os limites das tradicionais reuniões e fóruns internacionais realizados nos países mais desenvolvidos, onde, sabe-se, os efeitos negativos da devastação ambiental começaram a ser sentidos mais cedo (ROCHA, 2019). Essa percepção impulsionou um movimento internacional voltado à formulação de políticas públicas ambientais, com o objetivo de mitigar os impactos da degradação dos ecossistemas e, mais recentemente, enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

Segundo Franchini, Viola e Barros-Platiau (2022), “a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Humano, realizada em Estocolmo em 1972, é frequentemente considerada pela literatura como o evento que marca a entrada das questões ambientais na agenda internacional”. No Brasil, essa mobilização resultou em iniciativas como o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), instituído em maio de 2016, com o objetivo de orientar ações voltadas à gestão e à redução dos riscos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas nas dimensões social, econômica e ambiental (DI GIULIO; MARTINS; LEMOS, 2016, p. 25).

<sup>1</sup> Universidade Estácio de Sá; yasmin07072000@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal Rural da Amazônia; maricele.eng.amb@gmail.com

<sup>3</sup> Centro Universitário do Estado do Pará; paulatmartins20@gmail.com

<sup>4</sup> Instituto de Educação, ciências e Tecnóloga do Pará; isabellamartins17092000@gmail.com

<sup>5</sup> Instituto de Educação, ciências e Tecnóloga do Pará; Lian.brandao@ifpa.edu.br

A intensificação das ações em defesa da vida sustentável tem mobilizado cientistas, pesquisadores, políticos, artistas e a sociedade civil, gerando reflexões mais efetivas voltadas à preservação de uma das maiores biodiversidades do planeta (GARVÃO; NASCIMENTO BAIS, 2018). Esse engajamento multissetorial tem impulsionado o desenvolvimento de estratégias mais participativas, especialmente em países megadiversos como o Brasil, onde os dilemas ambientais se entrelaçam com desigualdades sociais e pressões econômicas.

Instrumentos internacionais como o Acordo de Paris orientam políticas nacionais, exigindo que os países apresentem periodicamente suas NDCs com metas de mitigação e adaptação climática. No Brasil, essas metas envolvem reduzir emissões de gases de efeito estufa, combater o desmatamento ilegal e ampliar o uso de fontes renováveis de energia (BRASIL, 2021).

Além dos compromissos firmados no Acordo de Paris, o Brasil também integra a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre eles, destaca-se o ODS 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima, cujo propósito é “tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos” (IPEA, 2024). Essa diretriz internacional reforça a importância de políticas públicas ambientais eficazes, alinhadas aos desafios climáticos contemporâneos e aos compromissos multilaterais assumidos pelo país.

Diante desse contexto, este trabalho tem como objetivo avaliar a efetividade das políticas públicas ambientais brasileiras no enfrentamento das mudanças climáticas, investigando sua contribuição para o cumprimento de compromissos internacionais, como o Acordo de Paris e o ODS 13 da Agenda 2030. O estudo está estruturado em três partes: fundamentação teórica sobre governança climática, análise das políticas ambientais nacionais e discussão dos resultados em relação aos compromissos assumidos pelo Brasil.

## 2. Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa, exploratória e descritiva, com foco nas políticas públicas ambientais brasileiras frente às mudanças climáticas. Baseada em revisão bibliográfica e documental, a análise abordou a evolução histórica das políticas, sua aplicação prática e a

atuação do Brasil em acordos internacionais, evidenciando avanços, limitações e desafios de articulação entre os níveis de governo.

### 3. Resultados/Discussões

A efetividade das políticas públicas ambientais no Brasil precisa ser compreendida a partir da sua evolução histórica, marcada pela Rio-92 e pela Constituição de 1988, que impulsionaram a institucionalização da agenda socioambiental. O país se destacou por programas interdisciplinares que integraram diferentes áreas do conhecimento para enfrentar os desafios ambientais (Floriani e Mesquita, 2020).

As políticas nacionais, como a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC, 2009) e o Plano Nacional de Adaptação (PNA, 2016), visam reduzir os riscos das mudanças climáticas, mas enfrentam dificuldades práticas. Santos (2021) ressalta que, embora haja avanços em setores específicos, como a expansão da energia eólica, não é possível atribuir integralmente esses resultados às políticas climáticas devido a outros fatores econômicos.

O governo brasileiro afirmou ter antecipado suas metas de redução de emissões em 2018, mas a sociedade civil contesta essa avaliação, especialmente devido ao aumento do desmatamento, que compromete a mitigação dos impactos climáticos. Além disso, a percepção pública revela desconhecimento sobre a urgência de mudanças nos padrões de consumo e produção (Pedrini; Lima e Viana; s.d., apud Gonçalves et al., 2021), agravada pela resistência de países industrializados em alterar seus modelos.

Gonçalves et al. (2021) destacam que os impactos das mudanças climáticas são ambientais, econômicos e sociopolíticos, exigindo políticas integradas e eficazes, alinhadas a compromissos internacionais como o Acordo de Paris e o ODS 13.

Apesar da estrutura legal robusta, o Brasil enfrenta desafios na implementação, como incoerência entre discurso e prática, fragmentação governamental e falta de participação social, fatores que comprometem o cumprimento das metas climáticas diante da crise global.

Em síntese, apesar do Brasil possuir um arcabouço legal robusto, enfrenta desafios importantes na implementação das políticas públicas ambientais. Andrade (2023) destaca que a centralização da política climática no Ministério do Meio Ambiente dificulta a coordenação entre setores e níveis de governo, prejudicando abordagens intersetoriais necessárias para o cumprimento das metas da NDC. Essa desconexão entre discurso e prática é corroborada por

Mello Théry et al. (2020, p. 2), que afirmam que, embora instituições públicas reiterem compromissos internacionais, na prática não ocorre mudança efetiva no comportamento institucional. Essas limitações comprometem a efetividade das ações diante da urgência climática global.

#### 4. Conclusão

O estudo revela que, apesar de o Brasil possuir um arcabouço legal ambiental significativo, sua implementação é limitada por obstáculos como centralização e falta de articulação entre os níveis de governo. A distância entre o discurso oficial e as ações efetivas destaca a necessidade de maior participação social e revisão dos modelos de desenvolvimento. Para enfrentar os desafios climáticos, é fundamental fortalecer a governança, promover a cooperação intergovernamental e construir políticas públicas mais eficazes e sustentáveis.

#### 5. Referências Bibliográficas

ROCHA, William Monteiro. “*Da belle-epoque à bréa-epoque*” – *Relações Internacionais e a governança das mudanças climáticas na Amazônia: um diálogo entre o público, o privado e o internacional no desenvolvimento sustentável dos Estados do Pará e do Amazonas*. 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/37013>.

FRANCHINI, Matías; VIOLA, Eduardo; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia. Políticas públicas e mudanças climáticas: análise das entregas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. 25, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOC214V2022017>.

GARVÃO, Rodrigo Fraga; NASCIMENTO BAIA, Simone Andrea Lima do. Legislação ambiental: um histórico de desafios e conquista para as políticas públicas brasileiras. *Nova Revista Amazônica*, Bragança, v. 6, n. 2, p. 93-102, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/nra.v6i2.6193>.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Acordo de Paris. Brasília: MMA, 2021. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/acordo-de-paris.html>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS 13: Ação contra a mudança global do clima.** Brasília: IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods13.html>.

DI GIULIO, Gabriela Marques; MARTINS, Ana Maria Bedran; LEMOS, Maria Carmen. *Adaptação climática: fronteiras do conhecimento para pensar o contexto brasileiro. Estudos avançados*, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 25–41, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30880004>.

ANDRADE, André. (2023). *Governing Climate Change in Brazil – A Governance Gap Analysis of Selected Cases*. 10.25932/publishup-58733.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; CALDAS, Eduardo de Lima; FUNATSU, Beatriz M.; ARVOR, Damien; DUBREUIL, Vincent. Climate change and public policies in the Brazilian Amazon state of Mato Grosso: perceptions and challenges. *Sustainability*, Basel, v. 12, n. 12, p. 5093, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/12/12/5093>.

SANTOS, Andre C. Política Nacional sobre mudança do clima no Brasil: uma avaliação de instrumentos e de efetividade. [S.l.: s.n.], 2021. Disponível em: [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/91962312/ICS\\_ASantos\\_Políticas-libre.pdf](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/91962312/ICS_ASantos_Políticas-libre.pdf).

FLORIANI, Dimas; DE MESQUITA, Benjamin Alvino. A questão ambiental na contemporaneidade: conflitos socioambientais, garantias constitucionais e a efetividade das políticas públicas em debate - Entrevista especial com Dimas Floriani. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 24, n. 1, p. 286-301, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321165166017>.

FRONER, Yacy-Ara; GONÇALVES, Willi de Barros; CRUZ SOUZA, Luiz Antônio; ROSADO, Alessandra. Mudanças climáticas, riscos ao patrimônio cultural e ambiental, políticas públicas e o papel das redes colaborativas: um olhar sobre o panorama brasileiro contemporâneo. *Patrimônio & Memória*, Assis, v. 17, n. 2, p. 124–151, jul.–dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/77827/2/Mudanças%20climáticas%2c%20riscos%20ao%20patrimônio%20cultural%20e%20ambiental%2c%20políticas%20públicas%20e%20o%20papel%20das%20redes%20colaborativas.pdf>.